

EM BUSCA DE UMA ESQUERDA ESQUECIDA: O NACIONALISMO TRABALHISTA DE SÉRGIO MAGALHÃES

*Roberto Bitencourt da Silva**



Sérgio Magalhães em discurso durante a campanha para o governo do Estado da Guanabara.
Data provável: abril a outubro de 1960. Fotógrafo: Miguel A. Santos.
Fonte: CPDOC/FGV, classificação SMg foto 001.

1. APRESENTAÇÃO

Após a deposição do presidente da República João Goulart, em 1964, emergiram depreciativas interpretações sobre a sua corrente política, o trabalhismo. Interpretações produzidas e difundidas por múltiplos atores, mas que guarda(va)m uma convergência avaliativa desqualificadora. No curso das últimas cinco décadas, tais interpretações contribuíram sobremaneira para a consolidação de um peculiar “enquadramento da memória” (POLLAK, 1989) do trabalhismo. De uma corrente política de esquerda – não marxista –, nacionalista, antiimperialista e com certa orientação socialista, considerada legítima e representativa por amplos estratos populares e médios da sociedade, o trabalhismo e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) tiveram suas memórias ressignificadas: ora um equívoco histórico, ora um apanhado de demagogos e oportunistas.

Atores que participaram do golpe, ou que deram apoio à ditadura civil-militar, até hoje buscam retirar a legitimidade de algumas práticas, projetos e agentes políticos em exercício no interrompido regime democrático de 1946. O viés anticomunista e o espantinho da “República Sindicalista” convencionalmente dão suporte a esse perfil interpretativo, que tende, ainda que de maneira constrangida em nossos dias, a obter espaço nos meios massivos de comunicação. Texto em caráter de retratação pelo apoio oferecido ao golpe civil-militar de 1964, publicado por *O Globo*, em agosto de 2013, é sintomático. Em que pesem os esforços em construir uma memória

institucional razoavelmente indócil, em face dos governos sob a direção militar, não deixou o jornal de justificar a adesão ao movimento golpista, por conta da “radicalização de João Goulart”, que possuía “amplo apoio dos sindicatos” (O GLOBO, 2013).

Com intenções distintas, intelectuais que se opuseram ao golpe, e para explicá-lo, formularam algumas interpretações em que o “populismo” foi apresentado como um dos fatores que estavam na base da ruptura institucional ocorrida em 1964. No campo acadêmico brasileiro, em virtude da projeção alcançada pelo paradigma interpretativo de Weffort (1989) e Ianni (1975), o conceito de “populismo” constituiu-se em uma poderosa chave explicativa do processo histórico desenrolado entre os anos de 1946 e 1964 na sociedade brasileira. Chave poderosa, mas, como qualquer produção teórica historicamente construída, detentora de limites e de lacunas (FERREIRA, 2001). O seu principal problema foi a diluição das especificidades dos agentes políticos – individuais e coletivos – que atuaram no referido período. Nessa versão do passado republicano, todos convergiriam para as mesmas práticas nocivas ao interesse público, em particular aos anseios das classes trabalhadoras. O trabalhismo, nessa operação subjetiva, foi convertido em “populismo”.

Na seara política da década de 1980, em meio ao processo de redemocratização do país, as disputas partidárias também promoveram um ambiente favorável à desqualificação do trabalhismo. Segundo Ferreira (2013, p.14), “o comunismo estava mal das pernas, vindo a entrar em colapso em fins dos anos 1980. Não era o caso do trabalhismo que retornava ao cenário político tendo à frente a liderança de Leonel Brizola”. Assim, os intelectuais que se identificavam com o projeto do Partido dos Trabalhadores – e que se auto-referiam como adeptos de uma nova e autêntica esquerda – voltaram “suas baterias contra Brizola e o trabalhismo. Não casualmente o conceito de ‘populismo’ encontrou seu apogeu nos anos 1980” (FERREIRA, 2013, p.14).

Igualmente controversas e pouco criteriosas podem ser mencionadas as seguintes categorias explicativas: “Era Vargas” e “nacional-desenvolvimentismo” (GUIMARÃES, 2001). Usualmente operacionalizadas nos círculos acadêmicos e mobilizadas pelos discursos da grande imprensa e da classe política, procuram abranger a temporalidade de 1930 a 1980, querendo significar um determinado padrão de desenvolvimento econômico brasileiro, pretensamente centrado no Estado. Não raro, apoiadas em um *approach* liberal, não deixam de abstrair as particularidades dos projetos políticos concorrentes no largo intervalo temporal em questão, fazendo tabula rasa das experiências e das ideias esposadas pela corrente política trabalhista.¹ Uma decorrência inevitável no uso das expressões “Era Vargas” e “nacional-desenvolvimentismo”

¹ A título de ilustração, mesmo sob um viés politicamente não liberal, ou seja, que preconiza a participação popular para além das instituições representativas, trabalho recentemente produzido pelo filósofo Marcos Nobre não deixa de traduzir os problemas que enredam o uso da expressão “nacional-desenvolvimentismo”. Consultar Nobre (2013).

é a anulação de qualquer sentido para o golpe de 1964. Se a sociedade e a economia brasileiras experimentaram uma longa duração de “estadocentrismo”, quais as razões para a deposição do presidente João Goulart e para a vigência do regime ditatorial por mais de 20 anos? Uma vez mais, é o significado político do trabalhismo que é secundarizado.

Ademais, não nos parece desrazoável argumentar que a incontestável hegemonia cultural e a pujança econômica alcançadas pelo estado de São Paulo, nas últimas décadas, consistem em variáveis importantes para se compreender a resignificação, senão mesmo o esquecimento, do trabalhismo. Sede do centro universitário – a Universidade de São Paulo – em que foi consagrada a teoria do “populismo”, é também unidade da Federação que sedia as principais editoras de livros didáticos e acadêmicos, com circulação nacional e bastante influentes na formação educacional brasileira. Por outro lado, concentrando os escritórios e demais instalações físicas das corporações multinacionais no país, desempenhando o papel de pólo intermediário entre as economias doméstica e internacional, o Estado de São Paulo representa um cenário acolhedor para a disseminação do pensamento econômico liberal. Os princípios nacionalistas, estatizantes e antiimperialistas do velho trabalhismo, potencialmente, não têm aí boa receptividade.

Todavia, considerando a relevância histórica do trabalhismo, a orientação política mais expressiva das esquerdas brasileiras no regime democrático de 1946, alvo principal do golpe perpetrado em 1964, o artigo tem como objetivo pôr em relevo determinadas especificidades suas: projetos e ideias para o país e controvérsias com os opositores e críticos, de modo a também sublinhar a correlação de forças da época. De maneira delimitada, tomo como objeto de estudo a trajetória e o pensamento do deputado federal Sérgio Magalhães (PTB/DF/GB). O recorte temporal priorizado consiste nos anos de 1959 a 1964.

Se em nossos tempos o trabalhista Sérgio Magalhães encontra-se relegado ao esquecimento – efeito dos caminhos e descaminhos da memória política nacional forjada a partir do golpe –, contudo, ele personificou um dos principais líderes das esquerdas brasileiras, entre 1955 e 1964. Um dos fundadores e mais atuantes membros da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), lançada em 1956, foi seu presidente no candente intervalo de 1963-64. Formulou e defendeu uma miríade de projetos parlamentares que visavam inibir a participação do capital estrangeiro na economia nacional, de sorte a favorecer o que Magalhães entendia como a “emancipação econômica frente ao imperialismo” e o “desenvolvimento autônomo do país”. Instituir limitações à remessa de lucros das corporações estrangeiras às suas sedes constituiu o tema pelo qual o deputado ganhou notoriedade, entre os seus contemporâneos.

Defensor das “reformas de base” preconizadas pelo governo do seu correligionário, o presidente da República João Goulart (1961-64), Sérgio Magalhães destacou-se também pelo exercício de uma intensa atividade pedagógica. Publicou livros, artigos e opúsculos que

abordavam, principalmente, os seus projetos parlamentares e os seus diagnósticos acerca dos entraves ao desenvolvimento social e econômico do país. Sistemáticamente, publicava também artigos de opinião no jornal *O Semanário*, periódico que circulou entre os anos de 1956 e 1964 e que divulgava as iniciativas e os ideais da FPN (DELGADO, 2003, p. 149; BRASIL, s/d). Denotando uma preocupação em informar e em sensibilizar diferentes estratos da sociedade brasileira, por meio da veiculação de textos lançados na esfera pública, com efeito, não é demasiado classificar o personagem como um “intelectual orgânico” do trabalhismo, para usar a oportuna categoria conceitual gramsciana.

Nesse sentido, em conformidade com um pressuposto das análises associadas à História das Ideias, importa ponderar que os intelectuais exercem uma significativa influência sobre a produção e a circulação de ideias. Tendem a orientar a conduta política e os sistemas simbólicos dos indivíduos e dos grupos sociais (ALTAMIRANO, 2007). Assim, a premissa teórica que norteia o estudo toma por referência as ponderações abaixo:

“As *intelligentsias* não se dirigem somente aos seus próprios membros, mas impõem suas linguagens esotéricas sobre uma variedade de grupos (...) e públicos leigos, algumas vezes para o desprazer em uníssono desses últimos. A criação e a difusão de linguagens, portanto, é em grande medida uma questão de autoridade das elites intelectuais” (POCOCK, 2003, p. 68).

Dessa forma, é plausível argumentar que a trajetória e as ideias políticas de Sérgio Magalhães podem consistir em um recorte de análise sobre as propostas trabalhistas e as iniciativas do PTB, durante parte do regime democrático de 1946. Igualmente, permitem compreender algumas razões para o golpe civil-militar de 1964.

Quanto ao ordenamento do trabalho, no próximo item, abordo alguns aspectos biográficos, especialmente relativos às experiências e aos projetos defendidos pelo personagem, em sua atuação no PTB. A opção adotada é o uso de um recorte temático sobre as suas experiências políticas, tendo primazia em relação ao recurso descritivo cronológico. Na sequência, busco mapear algumas ideias centrais advogadas pelo pensamento de Sérgio Magalhães, que dizem respeito à inserção do Brasil no mundo, às vicissitudes e às alternativas para a economia brasileira, assim como os seus apelos à dimensão participativa da democracia. Encerro com algumas considerações provisoriamente conclusivas.

2. SÉRGIO MAGALHÃES: UMA TRAJETÓRIA POLÍTICA TRABALHISTA

Nascido em Recife (PE), em 1916, Sérgio Nunes de Magalhães Júnior integrou uma família detentora de prestigiosa inserção política. Seu pai foi deputado federal por Pernambuco, entre

1915 e 1916, e seu irmão, Agamenon Magalhães, foi interventor federal na mesma unidade da Federação durante o Estado Novo e governador eleito de Pernambuco (1951-1952). Sérgio Magalhães formou-se na Escola de Engenharia de Pernambuco, em 1936, e migrou para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 1937. Trabalhou na prefeitura do Distrito Federal como engenheiro na Secretaria de Viação e Obras Públicas e depois como diretor do Departamento de Geografia e Estatística (DIAS, 2001, p. 3469). Entre 1948 e 1951 desenvolveu suas atividades profissionais no IBGE. Durante os anos de 1952 e 1954, “foi diretor do Montepio dos Empregados Municipais, depois denominado Instituto de Previdência do Estado da Guanabara” (IDEM). Ainda segundo Dias (2001, p. 3469), a “sua atuação à frente” do Montepio, “implantando medidas em benefício do funcionalismo, foi o marco inicial de sua popularidade”.

Ingressou no PTB em 1954 e, com base no capital político conquistado na direção do Montepio, foi eleito deputado federal pelo Distrito Federal. Participou, em 1956, da formação de uma frente interpartidária, na Câmara dos Deputados, chamada Frente Parlamentar Nacionalista (FPN). Integrada em sua maioria absoluta por parlamentares petebistas, defendia no manifesto inaugural, entre outras ações, as que se seguem: a estatização “da exploração das nossas riquezas e recursos naturais básicos”; o comércio multilateral, assentado no fim das “discriminações ao intercâmbio comercial e cultural com todos os povos”, já ventilando o que posteriormente veio a ser designado como Política Externa Independente; a limitação das remessas de lucros das empresas estrangeiras; e a “nacionalização das agências de publicidades”.² Estas agências eram tidas por expressivos políticos e intelectuais nacionalistas da época, como Nelson Werneck Sodré, como fontes de financiamento dos principais meios de comunicação. Portanto, sob essa perspectiva, as agências estrangeiras de publicidade “condicionavam os meios de comunicação do pensamento em nosso país” (SODRÉ, 2011, p. 592).

Durante o curso do tempo, em sintonia com o incremento do dinamismo organizacional e mobilizatório de múltiplos setores da sociedade, notadamente das forças populares e esquerdistas, de acordo com Delgado (2003, p. 150), “os políticos da Frente assumiram muitas vezes a função de porta-vozes de organizações” como o Comando Geral dos Trabalhadores, o Pacto de Unidade e Ação, as Ligas Camponesas e a União Nacional dos Estudantes, “junto ao Poder Legislativo”. Possuía o apoio de segmentos das Forças Armadas, da intelectualidade e da classe trabalhadora, comprometidos com as causas nacionalistas propagandeadas pela Frente. Dada a natureza fluida de um ideário e de uma retórica nacionalista (cf. BRASIL, s/d), passível de ser apropriada por diferentes interesses e estratos sociais, o nacionalismo da FPN denotava aspirações de esquerda e, por isso, dividia a sociedade brasileira, era portador de “um caráter

² O *Semanário*. “Política Nacionalista definida em 11 pontos”. Rio de Janeiro, ano I, n. 34, 1956, p. 9.

conflituoso” (GUIMARÃES, 2001), por contrapor-se a sólidos interesses de grupos econômicos nacionais e internacionais. *Grosso modo*, os apelos à participação popular nos processos decisórios da sociedade, o distributivismo e o antiliberalismo econômico consistiram em dimensões decisivas da plataforma programática da FPN, sobretudo nos estertores do regime democrático de 1946.

Em fevereiro de 1963, na condição de presidente da FPN, Sérgio Magalhães, acompanhado dos deputados federais Leonel Brizola (PTB/GB), Rubens Paiva (PTB/SP), Neiva Moreira (PSP/MA), Fernando Santana (PTB/BA) e Max da Costa Santos (PSB/GB), integrantes da Comissão Executiva, adensaram o programa da frente interpartidária, incluindo diversos compromissos doutrinários que tinham em vista o “aperfeiçoamento do regime democrático”, o “desenvolvimento econômico independente” e a “política externa independente” (MAGALHÃES, 1964, p. 155-158). Entre outras medidas preconizadas, destaquem-se a “extensão do direito de voto aos analfabetos”; a reforma agrária, que deveria contar com “o pagamento em títulos da dívida pública” e com a “participação dos trabalhadores do campo, por suas associações de classe, na direção dos órgãos de realização da reforma agrária”;³ o aprofundamento da disciplina aos capitais estrangeiros; a nacionalização e a estatização de diversos setores da economia, além de outras aspirações assinaladas no manifesto de fundação (IDEM).

Levando em conta o leque de reformas esposadas, assim como o perfil da coalizão de forças que participaram e apoiaram ao golpe civil-militar de 1964 – setores militares e capitalistas urbanos, grandes proprietários rurais, governo dos EUA, maioria dos veículos de comunicação (MONIZ BANDEIRA, 2010 a, p. 173-183 e 313-349; CARVALHO, 2010) –, não foi gratuito, em consequência, que “os integrantes da Frente Parlamentar Nacionalista” tenham se transformado “nos principais alvos das cassações e perseguições políticas no âmbito do Congresso Nacional” (DELGADO, 2003, p. 150).

Exercendo o mandato de deputado federal, pelo PTB carioca, entre 1955 e 1964, Sérgio Magalhães desenvolveu uma intensa produção legislativa. Apresentou inúmeros projetos de lei, dos quais sobressaiu a atenção dedicada ao deslocamento do poder econômico dos capitais estrangeiros para o Estado e os setores privados nacionais. Traduzindo e refinando a expressiva inspiração getulista do partido, os projetos apresentados por Sérgio guardavam o apoio da direção

³ A Constituição Federal de 1946 assentava pressuposto jurídico que concedia confortável raio de liberdade ao uso da propriedade. Determinava, em seu título V – Da Ordem Econômica e Social, art. 147, que “o uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social. A lei poderá, com observância do disposto no art. 141, §16, promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos”. Vejamos, então, o que estabelecia o art. 141, em seu parágrafo 16: “É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro. Em caso de perigo iminente, como guerra ou comoção intestina, as autoridades competentes poderão usar da propriedade particular, se assim o exigir o bem público, ficando, todavia, assegurado o direito à indenização ulterior”. O condicionante da prévia indenização em dinheiro, na prática, limitava sobremaneira qualquer intervenção econômica mais saliente do Estado sobre a propriedade privada. Consultar Brasil (1946).

partidária, como se vê em pronunciamento do então presidente nacional petebista, João Goulart, em 1º de maio de 1959: “Uma das causas do pauperismo de que padece o Brasil, a principal mesmo, está na sangria da economia brasileira, explorada por investidores estrangeiros que, depois, remetem para o exterior juros, dividendos e royalties”.⁴ Sob a ótica do jornal *O Estado de S.Paulo* – cuja linha editorial era, e é, caracterizada por um conservadorismo do ponto de vista político e pelo liberalismo, sob o ângulo econômico –, a perspectiva manifestada por João Goulart era concebida como fruto de “pura ignorância e demagogia”, já que o país precisava atrair os investimentos estrangeiros e, por extensão, “acenar-lhes com promessas e vantagens, relativamente à segurança e aos lucros da operação”.⁵

Projeto de lei (no. 224/1959) apresentado por Sérgio Magalhães, em abril de 1959, que visava modificar os termos da exploração das riquezas do subsolo nacional (MAGALHÃES, 1959 a, p. 55-64), era recebido pelo “Estadão” do modo que segue: de um lado, louvava o reconhecimento do projeto à “eficiência da iniciativa particular” (nacional, diga-se) e, de outro, acentuava os “perigos” do “agravamento da intervenção do Estado”.⁶ Outros dois projetos apresentados à Câmara dos Deputados, no mesmo ano, buscavam a exigência de registro das parcelas dos capitais, dos dividendos e dos lucros cabíveis aos investimentos estrangeiros nos balanços das empresas, assim como a sua respectiva publicação no Diário Oficial da União (projetos nos. 140/1959 e 181/1959). O deputado trabalhista visava à coleta oficial de dados sobre a participação do capital estrangeiro na economia nacional, de modo a permitir o “conhecimento metucioso da nossa realidade objetiva” (MAGALHÃES, 1959 a, p. 35). O mero aceno ao levantamento de informações estatísticas, como se pode depreender dos projetos em questão, foi veementemente questionado pela Federação e pelo Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP/CIESP. Para a assessoria jurídica das entidades empresariais tratava-se de uma “ofensa” às “pessoas físicas estrangeiras, uma vez que pelo fato de serem eleitas para compor diretorias ou conselhos fiscais, traria para as empresas um tratamento discriminatório, colocando-as em situação de desigualdade com relação às brasileiras”. Em suma, o projeto era interpretado pela/o FIESP/CIESP como reflexo de “uma desnecessária restrição ao capital estrangeiro”.⁷

Foi o controverso projeto de lei da remessa de lucros (no.1/1959), apresentado à Câmara em março de 1959, posterior e sucessivamente modificado, complementado e reapresentado, que proporcionou notoriedade ao mandato parlamentar de Sérgio Magalhães. O projeto procurava limitar a transferência de lucros e recursos financeiros das empresas estrangeiras aos seus países-

⁴ DANTAS, Pedro. “O principal e os juros”. *O Estado de S.Paulo*, 03/05/1959, p. 4.

⁵ Idem.

⁶ *O Estado de S.Paulo*. “Nova legislação mineira”. São Paulo, 11/06/1959, p. 4.

⁷ *O Estado de S.Paulo*. “Apresentação dos balanços de determinadas empresas”. São Paulo, 11/12/1959, p. 20.

sede (MAGALHÃES, 1959 a, p.19-22). De acordo com o historiador marxista Caio Prado Jr. (1959, p.10), à época sintonizado com a “linha nacionalista”, segundo suas próprias palavras, a única “compatível com os nossos interesses”, Magalhães representava “uma das mais destacadas figuras” entre os “nacionalistas e progressistas da política brasileira” (PRADO JR., 1959, p.1). Identificando algumas lacunas nos projetos formulados por Magalhães, contudo, não deixava de apoiar e de considerar o projeto de limitação da remessa de lucros como “interessante” e que contribuiria “para desestimular esses empreendimentos” internacionais no país (IDEM, p.9-10).



Matérias de capa que expressam o conteúdo nacionalista e reformista do periódico da FPN.
Fonte: *O Semanário*, Rio de Janeiro, ano VIII, no. 325, 14-20 mar. 1963, p.1.

Alcançando repercussão na agenda pública, o projeto teve um caminho sinuoso e não deixou de contar com a oposição de diferentes setores, sobretudo os associados ao universo empresarial. Segundo o governador de São Paulo, o conservador Carvalho Pinto, o projeto iria vedar “praticamente nossas relações com o exterior e tornará o Brasil um País ilhado”.⁸ Adotando opinião convergente, *O Estado de S.Paulo* assinalava a sua posição abertamente favorável à participação do capital estrangeiro na economia brasileira, por implicar em “vantagens ao meio social”. Entendia que o projeto preconizado por Sérgio denotava um sentido “tipicamente totalitário”.⁹ O personagem, por seu turno, argumentou anos depois que a hostilidade que o seu projeto recebia da imprensa era motivada por “subsídios” que as empresas de comunicação recebiam do capital estrangeiro (MAGALHÃES, 1983).

O projeto de lei foi aprovado no Congresso Nacional em 1962 e regulamentado por decreto da Presidência da República, em janeiro de 1964. Saudada por *O Semanário*, o jornal nacionalista afirmava que a regulamentação da lei da remessa de lucros “já provocou o embarque a Washington do embaixador Lincoln Gordon, que afirmou ao partir que o ato ferirá os interesses de firmas norte-americanas”. Ainda de acordo com a matéria, “o Presidente João Goulart agiu certo:

⁸ *O Estado de S.Paulo*. “Governador faz críticas ao projeto de remessa de lucros”. São Paulo, 12/12/1961, p. 4.

⁹ DANTAS, Pedro. “Os problemas são dois”. *O Estado de S.Paulo*, 12/12/1961, p. 4.

o que é bom para as empresas americanas não é bom para o Brasil”.¹⁰ Conforme o relato oferecido pelo então jornalista do *Correio da Manhã*, Francisco Pedro do Coutto (2011), ao apresentar o decreto, Jango convocou Sérgio Magalhães ao Palácio do Planalto e disse: “Sei que estou assinando minha deposição”.

Logo após a ruptura do regime democrático, o ministro do Planejamento, Roberto Campos, em julho de 1964, justificou o intento de alterar a lei da remessa de lucros do depósito governo do presidente Jango, em função do seu caráter “policialesco”, uma lei apoiada em “teses da esquerda”, que desejava o “perecimento do capitalismo”.¹¹ O decreto-lei sofreu dois conjuntos de modificações jurídicas (BRASIL, 1964; BRASIL, 1965).

Em curto tempo de filiação no PTB, Sérgio Magalhães ocupou posições de liderança partidária. Em 1957, foi vice-líder do partido e da maioria parlamentar do governo Juscelino Kubitschek na Câmara dos Deputados. Dois anos depois, foi eleito vice-presidente da Câmara. Apesar das críticas que os seus projetos recebiam dos setores liberal-conservadores, sua imagem pessoal era, de forma geral, positiva. Segundo *O Estado de S.Paulo*, o seu prestígio, “mesmo entre os adversários”, era “merecido”, por conta da “notória probidade e sinceridade com que defende os seus pontos de vista”, além de ser “um homem de boa categoria intelectual e moral”.¹² Em virtude da projeção política rapidamente conquistada no exercício das atividades parlamentares – pelo PTB e pela FPN – e da sua defesa à causa das “aspirações das massas, à tomada de consciência do povo”,¹³ conforme o próprio argumentava, o nome do personagem chegou a ser ventilado para disputar a eleição à Vice-Presidência da República, pelo PTB, em 1960, em lugar de João Goulart, que manifestava reticências em sua própria reeleição ao cargo.¹⁴ Em meio ao acirramento das lutas interclasses na sociedade e dos conflitos políticos no Congresso Nacional, em particular, Magalhães não conseguiu a recondução à Vice-Presidência da Câmara, em 1962. Noticiando os fatos envolvidos na eleição interna da casa legislativa, *O Estado de S.Paulo* alegava ter ocorrido um “refluxo dos extremados e audaciosos”, gerando “euforia” entre os “democratas”.¹⁵ Louvando a atuação da Ação Democrática Parlamentar – frente interpartidária, cuja maioria pertencia à União Democrática Nacional – UDN (Delgado, 2003, p. 150), politicamente conservadora e adepta do liberalismo econômico –, frente que influenciou nos resultados da aludida eleição, o periódico paulista acusava a Sérgio Magalhães de ser um “dos mais

¹⁰ *O Semanário*. “Regulamentação da lei de remessas de lucros é vitória do povo”. Rio de Janeiro, ano VIII, n. 369, 23-29 jan. 1964, p. 1.

¹¹ *O Estado de S.Paulo*. “Defendidas alterações na lei de lucros”. São Paulo, 08/07/1964, p. 1.

¹² DANTAS, Pedro. “Estou te estranhando”. *O Estado de S.Paulo*, 20/02/1959, p. 4.

¹³ *O Estado de S.Paulo*. “Os petebistas lançam o nome de Jango que não se define”. São Paulo, 03/05/1959, p. 4.

¹⁴ Idem. *Correio da Manhã*. “No mundo político”. Rio de Janeiro, 15/01/1960, p. 1. *Correio da Manhã*. “Jango: se depender de mim não disputarei a reeleição”. Rio de Janeiro, 21/01/1960, p. 1.

¹⁵ *O Estado de S.Paulo*. “Deputados de ideologia extremada perdem postos na mesa da Câmara”. São Paulo, 13/03/1962, p. 3.

destacados campeões da demagogia extremista”.¹⁶ No entanto, em 1963, ele veio a ser vice-líder do PTB e da maioria parlamentar na Câmara.

Considerando o itinerário organizacional do PTB, entre 1945 e 1964, Sérgio Magalhães integrou uma ala que esposava para o PTB maior “independência em relação ao aparelho burocrático do Estado e a projetos personalistas de quaisquer líderes políticos” (DELGADO, 2001, p.187). Essa ala, designada por Delgado (2001) como “doutrinária”, caracterizava-se pela atenção dedicada ao delineamento de contornos ideológicos ao partido. Manteve uma ativa produção intelectual e estimulou a criação de círculos de debates e de estudos internos, assim como se envolveu na produção de livros e de textos por meio da imprensa. Como Sérgio Magalhães (PTB/DF/GB), também Alberto Pasqualini (PTB/RS), Lúcio Bittencourt (PTB/MG), San Tiago Dantas (PTB/MG) e Fernando Ferrari (PTB/RS) destacaram-se como lideranças proeminentes da tendência partidária. Os “doutrinários” revelavam uma concepção partidária norteada pelo primado do ativismo pedagógico em face do eleitorado, por meio da veiculação de ideias, propostas e valores ao público. Portanto, o exercício de uma função educativa, relativamente nos moldes explorados por Gramsci (2000), também tipificou a trajetória do PTB. Aquilo a que Lefebvre (2011) considera como característica de uma agremiação partidária esquerdista, isto é, o exercício de “um trabalho de politização dos grupos socialmente dominados a quem o partido procura representar”, também marcou a ala “doutrinária” do PTB. Setor partidário que contou com a expressiva colaboração de Sérgio Magalhães. Acompanhando a esse perfil comportamental abrangente da ala “doutrinária”, o deputado integrou, na década de 1960, o chamado “Grupo Compacto” do PTB, corrente mais radical do partido, composta também por Temperani Pereira (PTB/RS), Almino Afonso (PTB/AM) e Rubens Paiva (PTB/SP) (cf. DIAS, 2001, p. 3470). Preconizando “a constituição do poder operário no Brasil” como “tarefa do PTB” (Sérgio Magalhães *apud* DIAS, 2001, p. 3469), o “Grupo Compacto” foi avaliado pelo jornal *O Estado de S.Paulo* como um setor petebista caracterizado por “tendências extremadas e antidemocráticas”.¹⁷

No ano de 1960, Sérgio Magalhães protagonizou uma das eleições mais empolgantes experimentadas pela cidade do Rio de Janeiro: a eleição para o governo do Estado da Guanabara. O Rio de Janeiro deixava de ser a capital federal, ganhando autonomia administrativa e política, sob a condição de uma cidade-estado. Era a primeira eleição do novo estado, marcada por um alto grau de radicalização política (MOTTA, 2004) e que teve três candidatos destacados: o líder conservador Carlos Lacerda (UDN) – proprietário do jornal antigetulista e anticomunista *Tribuna da Imprensa* –, o deputado federal Tenório Cavalcanti (Partido Social Trabalhista) – de corte popular, nacionalista e anticomunista, igualmente dono de jornal, a *Luta Democrática* –, e Sérgio

¹⁶ *O Estado de S.Paulo*. “Derrota dos extremistas”. São Paulo, 14/03/1962, p. 3.

¹⁷ *O Estado de S.Paulo*. “PTB”. São Paulo, 14/03/1962, p. 3.

Magalhães (PTB). De acordo com o depoimento de Coutto (1998, p. 5), essa eleição “foi sensacional, sensacional! Era confusão todo dia, havia até brigas!”. Coutto (1998, p. 7) atribui ainda uma peculiaridade à eleição: “ela se apresentou como o primeiro embate marcadamente ideológico”. Ainda de acordo com a sua avaliação, primava a “lógica da ideia. O fato é que as campanhas antes não tinham um conteúdo tão profundo como teve a de 60”.

A candidatura de Sérgio foi lançada pelo Partido Socialista Brasileiro, imediatamente referendada pelo PTB. Havia uma controvérsia no seio petebista em lançar o seu nome. Segundo diferentes fontes, por conta das disputas por poder interno no PTB, João Goulart demonstrava desinteresse na vitória eleitoral do correligionário, em um estado politicamente decisivo na cena pública nacional (COUTTO, 1998, p.9; MONIZ BANDEIRA, 2010, p.13-14). Conforme matéria publicada pelo *Jornal do Brasil*, queixosos, os assessores de Sérgio, às vésperas da eleição, alegavam que Jango “não fez nenhum comício no Rio nem fez apelo especial para a eleição do candidato de seu partido”.¹⁸ Por outro lado, o tradicional aliado nacional do PTB, no decênio de 1950, o Partido Social Democrático, também não apoiou o candidato. O então líder maior da legenda, o presidente da República Juscelino Kubitschek, “temia o esquerdismo que estava embutido” na sua “candidatura” (COUTTO, 1998, p.9).

Entretanto, amplos setores alinhados com as esquerdas apoiaram a Sérgio. O Movimento Nacionalista Brasileiro – presidido por Adalgisa Nery, poeta, jornalista da *Última Hora* e deputada federal pelo PSB –, que, em convenção realizada em agosto de 1960, criticou a “espoliação dos povos colonizados” e, “de pé”, teve os seus integrantes aplaudindo “a revolução cubana”, manifestou apoio aberto à candidatura do trabalhista.¹⁹ Sérgio contou ainda com a solidariedade do Partido Comunista Brasileiro. O ex-senador Luis Carlos Prestes, liderança comunista, inicialmente guardava receios com a candidatura, por considerar o deputado petebista um “radical” (cf. MONIZ BANDEIRA, 2010 b, p. 10). Posteriormente, deu o seu apoio, considerando “de grande importância a derrota do ‘entreguista Carlos Lacerda’”.²⁰ Mesmo em condição jurídica proscrita e politicamente perseguido pelas forças conservadoras, perdendo o registro eleitoral ainda em 1947, o PCB manifestou publicamente o seu apoio à campanha, por meio também de Carlos Mariguella.²¹ Ademais, Sérgio Magalhães contou com o apoio do Teatro Experimental do Negro, de Abdias do Nascimento,²² e do jornal *Última Hora*, que no dia da eleição, 03 de outubro,

¹⁸ *Jornal do Brasil*. “Sérgio diz que a pior corrupção é a do abuso do poder econômico”. Rio de Janeiro, 02/10/1960, p.8.

¹⁹ *Última Hora*. “Nacionalistas cariocas (1ª convenção) apóiam Sérgio”. Rio de Janeiro, 26/08-01/09/1960, p. 6.

²⁰ *Jornal do Brasil*. “Prestes diz que Jânio o procurou, através de Dantas, para pedir apoio comunista”. Rio de Janeiro, 23/09/1960, p.4. Vale frisar que, no período, usava-se a expressão “entreguista” para classificar ideias e atores políticos favoráveis à ampla participação das corporações internacionais na economia brasileira.

²¹ *Jornal do Brasil*. “Sérgio encerra campanha com Cinelândia lotada e aos gritos de já ganhou”. Rio de Janeiro, 01/10/1960, p.3.

²² Idem.

publicou manchete reveladora do seu posicionamento: “As forças populares só têm um candidato: é Sérgio Magalhães”.²³

O programa defendido por Sérgio buscava relacionar a “opressão imperialista” com as condições de vida dos estratos populares. Segundo discurso do petebista,

“A espoliação dos trustes é a fonte principal dos nossos males; se o pão, a carne, o leite, os transportes, a luz, o telefone e o gás estão nas mãos de grupos econômicos estrangeiros, perguntamos como pode um candidato combater a carestia se não combate esses grupos econômicos?”²⁴

Ademais, o seu programa de campanha dava ênfase à expansão da oferta da escola pública e à “reforma agrária no chamado ‘sertão carioca’” (como se designava a zona oeste da cidade do Rio).²⁵ Para Sérgio, Carlos Lacerda era “uma expressão dos grandes interesses econômicos”,²⁶ que combatia “a escola pública em benefício da escola privada, na qual o aluno não entra se sua cor não for a branca”.²⁷

A sua candidatura contou com a oposição de todos os grandes jornais cariocas, excluía a *Última Hora*. Favorável à instituição do divórcio e muito próximo dos atores ligados ao PCB, além da sua própria perspectiva trabalhista, que causava polêmica, Sérgio esbarrou na hostilidade da Igreja Católica: “O Arcebispo-Auxiliar Dom Hélder Câmara encareceu aos católicos do Rio” que atendessem “às recomendações do Cardeal Dom Jaime e não votem no Sr. Sérgio Magalhães, ‘por sua posição em face do divórcio e do comunismo’”, era o que noticiava o *Jornal do Brasil*, pouco antes da eleição.²⁸ Sob o ponto de vista do adversário Carlos Lacerda, Sérgio não passava de um “representante dos comunistas” (MOTTA, 2004, p. 142). Seguindo a mesma cantilena do “perigo vermelho” (SÁ MOTTA, 2002), o “JB” argumentava que o trabalhista “se utiliza do surrado e desmoralizado arsenal de conceitos e de expressões” da “tribo comunista” e que promete o “céu, o mar e talvez o ar”.²⁹

²³ *Última Hora*. Rio de Janeiro, 03/10/1960, p. 1.

²⁴ *Última Hora*. “Nacionalistas cariocas (1ª convenção) apóiam Sérgio”. Rio de Janeiro, 26/08-01/09/1960, p. 6.

²⁵ *Jornal do Brasil*. “Sérgio diz que a pior corrupção é a do abuso do poder econômico”. Rio de Janeiro, 02/10/1960, p.8.

²⁶ Idem.

²⁷ *Última Hora*. “Nacionalistas cariocas (1ª convenção) apóiam Sérgio”. Rio de Janeiro, 26/08-01/09/1960, p. 6.

²⁸ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 28/09/1960, p.5.

²⁹ *Jornal do Brasil*. “Injúrias ao vento”. Rio de Janeiro, 30/09/1960, p.3.



Manchete jornalística aborda a disputa eleitoral entre Sérgio Magalhães (PTB) e Carlos Lacerda (UDN).
Fonte: *Última Hora*, Rio de Janeiro, 05/10/1960, p. 1.

A competição eleitoral foi bastante disputada, com ânimos exaltados e denúncias as mais diferentes. A esposa de Sérgio chegou a sair da cidade, acompanhada da filha de 4 anos de idade, por conta de ameaças telefônicas ofensivas, que afirmavam a intenção de raptar a filha caçula do candidato.³⁰ Saindo-se derrotado com pequena margem de votos, pouco mais de 20.000 cédulas, Magalhães alcançou 33,4% dos votos. O candidato vitorioso, Lacerda, obteve 35,7% e Tenório Cavalcanti 22,3% (MOTTA, 2004, p.158).³¹ Não deixaram de ocorrer acusações de fraude eleitoral, na apuração dos votos feita no estádio Maracanã (MONIZ BANDEIRA, 2010 b, p.14). Considerado um candidato "divisionista" por Sérgio Magalhães,³² e financiado pela CIA, segundo o seu ex-assessor, Moniz Bandeira (2010 b, p.13), em elevada medida, Tenório Cavalcanti, por seu apelo popular, extraiu votos imprescindíveis de Sérgio no mesmo terreno eleitoral. De acordo com Motta (2004, p.141), Tenório foi "o motivo principal da vitória de Lacerda (...). Sem Tenório, Lacerda perderia".

Evidentemente, não é dado ao ofício do historiador operar com especulações a *posteriori*, sobre hipóteses assentadas em um passado inexistente. Contudo, apenas à guisa de curiosidade, não deixa de ser interessante a hipótese formulada por Coutto (1998, p.14) e Moniz Bandeira (2010 b, p.21-22): a probabilidade de resistência maior ao golpe civil-militar ocorrido em 1964, na hipótese "de Sérgio ter sido governador da Guanabara". Segundo os relatos de ambos, Lacerda teve demasiada margem de exercício de poder para participar da conspiração golpista, como proprietário de jornal e governador de um estado importante no cenário político nacional. Com Sérgio Magalhães, Jango teria uma expressiva base de apoio no Rio.

³⁰ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 28/09/1960, p.3.

³¹ Em números absolutos, Sérgio conquistou 334.007 votos; Lacerda 357.172; Tenório 222.659 e a inexpressiva candidatura do PSD, Mendes de Moraes, 51.269 votos (MOTTA, 2004, p. 158).

³² *Jornal do Brasil*. "Sérgio diz que a pior corrupção é a do abuso do poder econômico". Rio de Janeiro, 02/10/1960, p.8.

Entre os anos de 1963-64, Sérgio Magalhães e a sua FPN integraram a Frente de Mobilização Popular – FMP, criada no início de 1963 e liderada pelo deputado federal Leonel Brizola (PTB/GB). A FMP consistia em uma coalizão de grupos das esquerdas, que se utilizava do recurso participativo extra-parlamentar em apoio às reformas de base. Considerava o Congresso Nacional, por sua composição majoritária conservadora e liberal, uma instituição que bloqueava a realização das reformas (FERREIRA, 2009). Por isso, apelava à instalação de uma Assembleia Nacional Constituinte exclusiva para tratar das reformas de base. A FMP era integrada pelas Ligas Camponesas, a UNE, o CGT, a Ação Popular, o PTB, o PSB, o grupo político associado a Miguel Arraes, o movimento dos sargentos e marinheiros e por diferentes confederações nacionais dos trabalhadores organizados em sindicatos. De acordo com Ferreira (2009), os seguidos esforços do governo Goulart em pactuar as reformas de base junto ao PSD – partido conservador que possuía ligeira maioria entre as bancadas parlamentares – e ao Congresso, eram classificados como uma “política de conciliação”: fundamentalmente, conciliação com “o imperialismo e o latifúndio”. Adotando certos cuidados na crítica ao presidente Jango, no entanto, Sérgio Magalhães não deixava de estar sintonizado com o horizonte da FMP, no sentido em que também questionava “indefinições” e “contradições” do governo, entre outros, na política externa e em relação ao capital estrangeiro.³³ Para o personagem, “a política de conciliação não resolve mais nada em nenhum setor de atividade neste país (...). O povo quer definição” (MAGALHÃES, 1964, p. 33-34).

Cumprir observar que o governo Jango foi marcado pela instabilidade. Havia sofrido, de início, o veto de setores militares e civis conservadores na crise da sucessão de 1961 e era hostilizado pelo governo norte-americano. Este criava exigências em torno de medidas antiinflacionárias e de corte de gastos públicos para renegociações da dívida externa. Condicionantes incongruentes com os interesses materiais dos trabalhadores e com o que pregava o PTB. Todos fatores que o presidente Jango levou em conta em seu governo. Com pouca margem de escolha, prevaleceu a opção pelo apoio exclusivo das esquerdas em 1964.

Saudando iniciativas adotadas pelo governo federal no início do ano de 1964 – como a “regulamentação da remessa de lucros, o monopólio das importações de petróleo e o reescalonamento da dívida externa”, que poderiam permitir uma “mudança de rumos da política econômico-financeira” do país –, poucos dias antes do golpe, Sérgio não deixava de tensionar com a direita “reacionária” e mesmo com o governo, indagando se tais medidas eram “para valer?”.³⁴ Considerava ainda que não havia ambiente propício a “golpes militares pelas forças reacionárias”,

³³ MAGALHÃES, Sérgio. “O que falta?”. *O Semanário*, Rio de Janeiro, no. 320, ano VIII, 31 jan./06 fev. 1963, p.1. MAGALHÃES, Sérgio. “A dança dos milhões”. *O Semanário*, Rio de Janeiro, no. 324, ano VIII, 7-13 mar. 1963, p.1. MAGALHÃES, Sérgio. “Contradições na política externa”. *O Semanário*, Rio de Janeiro, no. 331, ano VIII, 2-8 mai. 1963, p.1.

³⁴ MAGALHÃES, Sérgio. “Será que é?”. *O Semanário*, Rio de Janeiro, no. 374, ano VIII, 5-11 mar. 1964, p.1.

por conta da experiência da Campanha da Legalidade, em 1961 – capitaneada pelo então governador gaúcho Leonel Brizola –, que conseguiu empossar João Goulart na Presidência da República (MAGALHÃES, 1964, p. 45).

No período próximo ao golpe, o nome de Sérgio Magalhães havia novamente sido cogitado para representar uma candidatura das esquerdas ao governo da Guanabara, com vistas à eleição prevista para 1965. Comitês femininos e sindicais já haviam sido instalados e o PSB já tinha antecipado, uma vez mais, a sua candidatura.³⁵ Não obstante, o tempo da democracia estava para se encerrar, sendo sintomática notícia veiculada pela *Última Hora*, em 27 de março de 1964, sobre fato envolvendo livro do personagem, havia pouco sido lançado: “As Livrarias Eldorado (de Copacabana) e Agir (Cidade) não estão aceitando vender o livro ‘Prática da Emancipação Nacional’, de Sérgio Magalhães. As duas livrarias são ‘gorilas’, e não gostam de vender livros nacionalistas”.³⁶ Os “gorilas” – que representavam o “golpismo de direita” no vocabulário das esquerdas (SÁ MOTTA, 2007) – alcançaram o propósito de destituir João Goulart da Presidência e de desmontar as esquerdas, trabalhista e outras.

Sérgio Magalhães teve o seu mandato de deputado federal cassado e os direitos políticos suspensos pela ditadura civil-militar, nos primeiros dias de abril de 1964. No processo de redemocratização, ingressou no PMDB, por considerar necessário o caráter frentista de oposição à ditadura e de reconstrução do regime democrático.³⁷ Mas, essa é uma outra história. O personagem faleceu em 1991.

3. PERSPECTIVA ECONÔMICA E POLÍTICA: IDEIAS CENTRAIS

As ideias econômicas e políticas esposadas por Sérgio Magalhães, durante o período em que atuou pelo PTB (1954-64), conformam uma visão abrangente e integralizada de problemas e proposições. Parte da análise acerca das características do concerto internacional dos povos e de uma compreensão sobre o perfil da inserção brasileira na divisão internacional do trabalho. É no marco dessas avaliações que o pensamento trabalhista de Sérgio enreda diagnósticos sobre a economia brasileira e propostas de superação dos obstáculos ao desenvolvimento socioeconômico, bem como atribui uma ênfase à dimensão participativa da democracia. Entre os anos de 1959 e 1964, expressando fecunda atividade intelectual, o personagem publicou uma miríade de textos em jornais, livros, coletâneas e revistas; relacionados ao final, na lista de fontes primárias. Sérgio

³⁵ *O Semanário*. “Sérgio para governador: passeata-monstro dia 6”. Rio de Janeiro, no. 362, ano VIII, 5-11 dez. 1963, p.4. *O Semanário*. “Mulheres nacionalistas apóiam a candidatura Sérgio Magalhães”. Rio de Janeiro, no. 374, ano VIII, 5-11 mar. 1964, p.7.

³⁶ MAURO, José. “Na Hora H”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 27/03/1964, p. 3.

³⁷ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, “Cidade”, 07/09/1985, p.18.

possuía relações com diferentes organismos intelectuais sintonizados com ideias de esquerda, como a *Revista Brasiliense*, de Caio Prado Jr., e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Estritamente no tocante ao ISEB, segundo o próprio Magalhães (1983), foi “bastante assessorado” por seus professores, como Roland Corbisier.

Alguns escritos de Sérgio Magalhães tinham em vista divulgar e fazer circular os seus projetos parlamentares e, outros, de maior fôlego, exploravam questões mais amplas, mobilizando princípios e informações que deram corpo à sua perspectiva política trabalhista e ao seu nacionalismo econômico. Como tradução do intento que possuía com a sua atividade de escritor, vejamos as seguintes expectativas salientadas pelo personagem, em sua obra *Problemas do Desenvolvimento Econômico*:

“Despertar a consciência daqueles que sonham com a transformação do País numa potência industrial, de agricultura moderna e altamente desenvolvida, com eficientes serviços de infra-estrutura, usando plenamente de sua soberania na arena internacional e contando no seu interior com um povo feliz, dotado de invejável padrão de vida” (MAGALHÃES, 1960, p. 254).

Pensamento econômico e político tributário do influxo das ideias, dos valores e das preocupações do seu tempo, os escritos do autor não deixavam de guardar convergências com algumas categorias conceituais operadas pelo pensamento econômico heterodoxo latino-americano, refiro-me à Cepal, e pelo marxismo. Sérgio Magalhães concebia a ordem internacional dividida na “dicotomia desenvolvimento/subdesenvolvimento” (MAGALHÃES, 1960, p. 97). Os países desenvolvidos conformariam um pequeno núcleo de nações industrializadas e os subdesenvolvidos estariam mergulhados nas sombras do colonialismo e do pauperismo. A pujança econômica e a qualidade de vida, de um lado, guardariam estreita relação com a opressão e a miséria, de outro. Assinalando as assimétricas relações internacionais estabelecidas, o autor entendia que os países industrializados

“não se interessam pela industrialização dos subdesenvolvidos, porque acham que estes devem continuar como fornecedores de matérias-primas. Aumentando a produção de matérias-primas, caem os preços e os subdesenvolvidos continuam em pior situação com os excedentes” (MAGALHÃES, 1964, p. 25).

O deputado trabalhista entendia que essa relação desigual entre os povos havia ganhado maior dramaticidade com a emergência dos Estados Unidos à condição de potência hegemônica mundial. Para o autor, a economia mundial, anterior à posição alcançada pelos EUA, estava assentada em uma relação de “complementaridade econômica entre países de exportação colonial” (produtos agro-minério-pecuários) “e países avançados”. Entretanto, “uma grande modificação” veio a ocorrer com o papel assumido pela economia norte-americana. Em suas

palavras: "Se trata de um País que se apresenta ao mundo tanto como grande produtor de artigos manufaturados como de produtos agrícolas", sendo os EUA "concorrentes dos Países atrasados" (MAGALHÃES, 1960, p. 23-24). Ademais, o domínio técnico-científico obtido pelas nações "superindustrializadas" permitia a elas atenuar as suas necessidades de compras da produção primária das nações subdesenvolvidas, pois aquelas aplicavam o conhecimento tecnológico "de modo a obterem, pela síntese, inúmeros bens que costumavam importar de faixas agroprimárias do mundo" (IDEM, p. 123). Diga-se, uma questão que guarda relação direta com as preocupações que hoje giram em torno das possíveis implicações da biotecnologia, controlada por "grandes transnacionais químicas, farmacêuticas e alimentícias" (SEILER, 1998, p.53), nas atualmente chamadas "nações em desenvolvimento" e "emergentes".

Com o incremento tecnológico das potências capitalistas, aplicado também à elaboração de produtos sintéticos, aumentavam "as exigências dos povos subdesenvolvidos, visivelmente empenhados na luta contra o atraso e a miséria" (MAGALHÃES, 1960, p.28). Vista a industrialização como uma necessidade urgente para os países subdesenvolvidos, inclusive o Brasil, contudo, limitações de outra ordem se faziam presentes: os empréstimos de governos das nações subdesenvolvidas junto aos EUA, em particular obtidos junto ao EXIMBANK – órgão oficial creditício dos EUA –, empréstimos que poderiam proporcionar recursos financeiros canalizados para a industrialização dos "países atrasados", "além de escassos, estão sempre condicionados à realização de compras nos próprios Estados Unidos (...). Eis como agem os Estados Unidos em relação aos países subdesenvolvidos" (MAGALHÃES, 1959 a, p.13). Acompanhando a sua reflexão, os empréstimos tinham como contrapartida o estímulo à própria indústria americana.

Nesse cenário, o capital sediado nos "países altamente industrializados" representava "excedente" que precisava encontrar "meios para escoar", consistindo a exportação de capital "necessidade imperiosa" para aqueles países. Uma nação "subdesenvolvida presta serviço à superindustrializada quando recebe capitais desta" (MAGALHÃES, 1959 b, p.5). Ao invés de proporcionar benefícios compartilhados entre as nações que sediavam os capitais e as receptoras, de acordo com Magalhães (1959 c, p. 301-303) o único propósito do capital estrangeiro era o de "operar a repatriação do capital e dos lucros fabulosos que auferem nos países de economia colonial", amortizando o "investimento num prazo extremamente curto". Ademais, recebia "favores e estímulos fiscais e cambiais que o torna muito oneroso ao País" (MAGALHÃES, 1962, p. 11). Alguns destes "favores" consistiam nas garantias oferecidas pelo governo brasileiro aos empréstimos firmados pelas corporações estrangeiras com bancos internacionais e sediados no Brasil, bem como uma legislação débil, que permitia a remessa ilimitada de lucros para o exterior, favorecendo a superioridade da "parte reinvestida" – isto é, apoiada em recursos e lucros alcançados no mercado brasileiro – em relação "ao ingresso de capital" propriamente estrangeiro

e “novo” (MAGALHÃES, 1960, p.18). Com efeito, o intelectual trabalhista entendia que a economia brasileira, apesar da escassez de recursos, longe de ser importadora, era “exportadora de capitais”. Em sua avaliação, “o capital alienígena tem desempenhado em nosso País o papel de bomba de sucção de recursos” (MAGALHÃES, 1960, p. 16).

Nessa conjuntura, estava a ocorrer um processo de “reforçamento do setor estrangeiro da economia nacional”, segundo Magalhães (1960, p. 14-15) estimulado pela Instrução no. 113 da SUMOC – órgão federal que desempenhava a atribuição de autoridade monetária antes da criação do Banco Central. Entre outros, a norma governamental liberava a importação de máquinas e equipamentos, independentemente da existência de um parque fabril já instalado e que poderia prover esses bens às empresas estrangeiras instaladas no país (MAGALHÃES, 1960, p. 14-15). Com base no diagnóstico delineado em torno das relações da economia brasileira com a ordem econômica internacional, Magalhães (1964, p. 27) assinalava que o Brasil havia se tornado um “quintal do imperialismo”.

No curso do tempo, ajustando e modificando suas propostas legislativas consoantes ao intento de disciplinar, senão mesmo restringir, a atuação das corporações internacionais no país, em conformidade com a dinâmica da correlação de forças políticas, Sérgio Magalhães progressivamente defendeu iniciativas rigorosas naquele sentido. Menciono três propostas esposadas pelo personagem, bastante ilustrativas das soluções preconizadas para a “emancipação econômica do Brasil”, conforme almejava. A primeira e mais notória tratava da limitação da remessa de lucros. Compreendia o limite máximo anual permitido de 8% de lucros sobre o capital originariamente investido pelas corporações internacionais na economia brasileira (MAGALHÃES, 1959 a, p.17). Igualmente significativa era a conceituação dada aos “reinvestimentos” destas empresas. Sérgio propunha a sua definição como “capital nacional em mãos de residentes no exterior”, de sorte a fazer com que perdessem “paulatinamente o direito de operar remessas para o exterior com base num capital que não é estrangeiro, mas fruto de rendas obtidas em nosso País” (MAGALHÃES, 1959 d, p.12-13). Acompanhando a sua perspectiva, se pode argumentar que se tratavam de iniciativas que tinham em vista a progressiva nacionalização do capital inicialmente estrangeiro e a preservação de poupança e divisas na economia nacional. Ambas as medidas advogadas por Sérgio foram acolhidas pelo Decreto-lei de janeiro de 1964, assinado pelo presidente João Goulart, na regulamentação da lei da remessa de lucros – com a diferença que o limite às remessas, no Decreto, era um pouco superior, de 10% sobre os lucros anuais. Complementarmente, afetando ao sistema financeiro, o deputado petebista propôs a proibição de empréstimos oficiais a empresas estrangeiras (MAGALHÃES, 1959 d, p.20-22) e o “funcionamento da carteira de depósito nos bancos estrangeiros, excetuando-se os bancos cujo país de origem exista a reciprocidade” (MAGALHÃES, 1962, p.14). Os bancos e demais serviços financeiros, sob

controle internacional, eram interpretados como atividades de típica “sobrevivência colonial” (MAGALHÃES, 1959 a, p. 39). Por conseguinte, vê-se uma série de medidas que guardavam o objetivo de gerar uma industrialização autônoma, sob a justificativa de que “o Brasil pode autofinanciar a industrialização se detiver, se impedir essa criminosa evasão de recursos para o exterior” (MAGALHÃES, 1959 c, p.14).



Livros de Sérgio Magalhães, publicados pelas editoras Tempo Brasileiro (*Prática...*), em 1964, e Civilização Brasileira (*Problemas...*), em 1960.

Para o deputado trabalhista, apenas os empreendimentos econômicos controlados pelo Estado, assim como pelo capital privado nacional, poderiam gerar a ambiência favorável a uma industrialização e a um desenvolvimento econômico e social “independente”. Essa era concebida como a via político-econômica que poderia permitir a “fabricação nacional de equipamentos”, promovendo um “melhor conteúdo à economia, em particular, e à sociedade, em geral” (MAGALHÃES, 1960, p. 21). Tenderia, segundo a sua interpretação, a desenvolver tecnologia nacional própria, com implicações potencialmente positivas no perfil mais adensado do emprego e, em consequência, na formação educacional brasileira.

Nos escritos de 1959 e 1960, Sérgio Magalhães concedia especial equilíbrio aos atores econômicos em evidência, enquanto agentes da mudança do sistema produtivo e da estrutura de poder nacional. Todavia, nos seus textos publicados em 1962 e em 1964 é perceptível uma ênfase maior atribuída às empresas estatais, existentes ou a serem criadas, como atores econômicos privilegiados por sua perspectiva. É plausível argumentar que a intensidade das lutas interclasses e o acirramento da polarização política, nos primeiros anos do decênio de 1960, tenham contribuído para uma aposta menor no papel e no apoio da “burguesia nacional”. Em uma sociedade dependente e subalterna ao exterior, como a brasileira, em que os interesses capitalistas nacionais e estrangeiros estão, em regra, entrelaçados, importantes setores empresariais viram-se estimulados a aderir às teses da “ameaça ao capital estrangeiro e à iniciativa privada”, de acordo com Fernandes (2005, p. 251-254). A “burguesia nacional” preferiu

tomar os trabalhadores – acrescento, também os grupos políticos que os representavam, como o PTB de Sérgio Magalhães –, como “inimigos naturais” (FERNANDES, 2005, p. 310).

No tocante aos recursos externos, Sérgio considerava “benéfico” apenas o “capital empréstimo, quando concedido ao Governo para encaminhá-lo às empresas estatais ou às empresas brasileiras de acordo com a composição do seu capital” (MAGALHÃES, 1962, p.9). Como obter tais recursos “benéficos” para a economia nacional, dadas as limitações no plano internacional? Segundo o próprio autor, “as Nações mais desenvolvidas, especialmente os EUA”, recorriam “à pressão política para manter os países periféricos na condição de aliados” (MAGALHÃES, 1960, p. 25). Em meio à restritiva ordem internacional da Guerra Fria, de maneira nada trivial, diga-se, o personagem preconizava a Política Externa Independente como ação complementar às iniciativas de política econômica interna. Uma saída para as restrições políticas, econômicas e creditícias imperantes. Argumentava sobre as “possibilidades inovadoras no comércio exterior com os países subdesenvolvidos”, assim como com o “Leste Europeu e a Ásia” (MAGALHÃES, 1960, p.24). Pregava a ideia de que o “Brasil necessita afastar decididamente todos os obstáculos existentes no intercâmbio” com essas nações, inclusive a União Soviética (IDEM, p. 157-158) – então demonizada pelos EUA e pelas forças políticas conservadoras nacionais. Política externa em sintonia com a propugnada política econômica interna, de modo a promover a “transferência do poder econômico da jurisdição estrangeira para a nacional. Essa é a base das reformas de base” (MAGALHÃES, 1964, p.17). Em outras palavras, operando com a gramática marxista, assim argumentava Sérgio Magalhães:

“Inevitavelmente, a uma base industrial dominada pelo capital estrangeiro terá de corresponder um aparelho estatal que lhe seja dócil, que se adapte às suas exigências, que defenda os seus interesses. Noutros termos, a infra-estrutura modela a feição da superestrutura” (MAGALHÃES, 1960, p. 16).

Limitar, senão mesmo remover, o elemento “alienígena” da economia nacional possibilitaria, por conseguinte, além da “libertação econômica”, a construção de uma ordem política democrática, dotada de “órgãos mais representativos do povo brasileiro”.³⁸

A maior parte dos escritos de Sérgio, publicados em livros e em revistas de perfil acadêmico, priorizava temas de natureza econômica. Entretanto, em seus artigos publicados no periódico *O Semanário*, ao menos entre 1963 e 1964, e reproduzidos na obra *Prática da Emancipação Nacional*, editada em 1964, o intelectual trabalhista conferiu expressiva importância à temática propriamente política. Nesse sentido, no que importa ao padrão de comportamento

³⁸ MAGALHÃES, Sérgio. “Libertação ou vassalagem”. *O Semanário*, Rio de Janeiro, no. 323, ano VIII, 21-27 fev. 1963, p.1

preconizado para a atuação política, em geral, e partidária, em particular, Sérgio Magalhães assinalava a necessidade de prevalência da política movida por ideais.

“Para tirar a nação do atoleiro em que se encontra, a velha política brasileira das lutas pessoais, das vantagens pessoais, do empreguismo, das realizações pessoais e isoladas tem que ser substituída com urgência pela política motivada pelas ideias e princípios, pela política clara e coerente” (MAGALHÃES, 1964, p. 14).

Por oposição, e à guisa de comparação no tempo, não é desrazoável afirmar que a referida perspectiva política é radicalmente distinta da que prevalece em nossos dias, no Brasil e alhures. Têm primazia em nossos tempos as estratégias publicitárias, que visam primordialmente ao êxito eleitoral, e o pragmatismo – rebatizado, pelo nauseante jargão político e jornalístico, como “governabilidade”. A respeito, segundo Sarti (2006, p.90),

“as estratégias publicitárias ocupam o cenário de esvaziamento da política e de suas possibilidades discursivas: a esfera política hoje é produzida antes por estratégias políticas persuasivas e de imagens que por estratégias verbais e argumentativas”.

Tomando o “latifúndio e o imperialismo”, bem como a “velha política de mistificação e de negocismo”, como inimigos a serem combatidos, pois “velhos aliados na exploração do povo”, Magalhães (1964, p.15) acentuava a “mobilização popular” como recurso fundamental para as mudanças socioeconômicas e políticas. Entendia que era preciso criar “antes de tudo o fortalecimento do regime democrático, com a presença do povo no processo político”. Transcendendo os marcos da democracia representativa, argumentava que

“a democracia deixou de ser concessão ou dádiva transitória de alguns políticos, aliados a grupos econômicos internacionais e apoiados em dispositivos militares, para se tornar conquista definitiva do povo. Criou-se, assim, a condição fundamental para a sua ampliação e o seu aprimoramento” (MAGALHÃES, 1964, p. 47).

Revelador da sua defesa do acionamento da dimensão participativa da democracia é a visão sobre itens das reformas de base, acaloradamente debatidas na esfera pública do período. Para o personagem, as classes populares e trabalhadoras deveriam ter voz ativa nos processos decisórios da sociedade e do Estado: “Não se pode fazer reforma agrária sem a participação dos lavradores, do mesmo modo que não se pode fazer reforma bancária sem a participação dos bancários” (MAGALHÃES, 1964, p. 45). Uma perspectiva que sublinhava o direito dos sindicatos e demais organismos populares em participar da construção da agenda coletiva. Ideias que conflitavam abertamente com o esquema de percepção de alguns dos principais jornais da época

(como *O Globo*), que defendiam, como de resto ainda defendem, uma concepção “elitista e publicista da opinião pública” (CARVALHO, 2010). Isto é, uma concepção de opinião pública que conferia e confere centralidade às vozes dos circuitos empresariais, das instituições representativas da democracia (como os partidos e o Legislativo) e às próprias empresas de comunicação. Estreito conjunto de vozes tidas como “legítimas representantes da opinião pública” (IDEM). Na esteira da reflexão de Carvalho (2010), se pode afirmar que esse esquema polarizado de percepção, dificilmente negociável, consiste em uma nuance relevante para se compreender o golpe civil-militar de 1964.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O nacionalismo econômico e a dimensão participativa da democracia consistiram em dois salientes temas das esquerdas em atividade no regime democrático de 1946, em especial do trabalhismo. O artigo procurou pôr em evidência alguns matizes dessas ideias e as controvérsias que giraram em torno delas, apoiado no recorte de análise sobre a trajetória e o pensamento do deputado federal e intelectual trabalhista Sérgio Magalhães.

Anos a fio, após a instalação da ditadura civil-militar de 1964 e, mais recentemente, com a hegemonia liberal alcançada a partir da década de 1990, as ideias submetidas ao estudo sofreram um franco processo de desqualificação na sociedade brasileira. Representadas como frutos de um tempo pretérito, anacrônicas, segundo Reis Filho (2005, p.178) elas integram a cultura política trabalhista, ainda encontradas em alguns poucos organismos coletivos. Talvez tenha no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra a entidade mais expressiva (cf. REIS FILHO, 2005, p.178). Entre os partidos políticos que representam as esquerdas brasileiras, com muita dificuldade se pode encontrar hoje alguma ressonância de ideias como as preconizadas por Sérgio Magalhães, sobretudo o nacionalismo econômico e o antiimperialismo.

Entretanto, recentemente, experiências políticas vivenciadas por alguns países sul-americanos, como a Bolívia, a Venezuela, o Equador e a Argentina, nos dão uma amostra parcial do poder conflitivo que ideias convergentes com a antiga tradição trabalhista brasileira ainda possui em nossos tempos. As constantes interpretações depreciativas daquelas experiências de *nuestra América*, pelos meios massivos de comunicação brasileiros, denotam o ponderável incômodo que o antiimperialismo e o nacionalismo econômico ainda causam ao pensamento conservador nacional. A despeito do evidente distanciamento das esquerdas brasileiras em face do nacionalismo econômico, as manifestações de junho de 2013, levadas a cabo principalmente pela juventude estudantil, dando expressão abrangente à participação política popular mais intensa – há muito reduzida ao cotidiano corporativo-sindical –, talvez possam inspirar a

retomada de outra bandeira trabalhista, esposada por Sérgio Magalhães: a democracia participativa. Só o tempo dirá.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTAMIRANO, Carlos. "Ideias para um programa de história intelectual". In: *Tempo social*, São Paulo: USP, v. 19. n. 1, jun. 2007, p. 9-17.

BRASIL, Rafael do N. Souza. "O Semanário: um panfleto nacionalista". Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, s/d. Disponível em: <http://www.ifcs.ufrj.br/~arshistorica/IVjornada.htm> . Acesso em: 10/01/2014.

CARVALHO, Aloysio Castelo de. *A rede da democracia: O Globo, O Jornal e Jornal do Brasil na queda do governo Goulart (1961-64)*. Niterói: EdUFF; Nitpress; 2010.

DELGADO, Lucília de Almeida N. "Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)". In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. "Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia". In: *O Brasil republicano*, livro 3, FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida N. (orgs.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 127-154.

DIAS, Sônia. "Sérgio Magalhães". In: *Dicionário histórico-biográfico brasileiro, pós-1930*, v. 3, ABREU, Alzira A.; et al. (orgs.). Rio de Janeiro: FGV, 2. ed., 2001, p. 3469-3472.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Globo, 5ª ed., 2005.

FERREIRA, Jorge. "Prefácio". In: *Alberto Pasqualini: trajetória política e pensamento trabalhista*, SILVA, Roberto Bitencourt da. Niterói: EdUFF. Rio de Janeiro: Faperj, 2013, p. 13-17.

_____. "Esquerdas no Panfleto. A crise política de 1964 no jornal da Frente de Mobilização Popular". In: *Anos 90*: UFRGS, Porto Alegre, v.16, n.29, jul. 2009, p. 81-124.

_____. (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*, v.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GUIMARÃES, César. "Vargas e Kubitschek: a longa distância entre a Petrobras e Brasília". In: *República no Catete*, CARVALHO, Maria Alice R. (org.). Rio de Janeiro: Museu da República, 2001, p. 155-175.

IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3ª ed., 1975.

LEFEBVRE, Rémi. *Les primaires socialistes*. Paris: Raisons D'Agir, 2011.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil – 1961-1964*. São Paulo: Unesp, 8ª ed., 2010 a.

MOTTA, Marly. "Eleições em tempos de radicalização". In: *A política carioca em quatro tempos*, MOTTA, Marly, et al. (orgs.). Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 133-162.

NOBRE, Marcos. *Imobilismo em movimento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

POCOCK, John G.A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003.

POLLACK, Michael. "Memória, esquecimento, silêncio". In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: FGV, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PRADO JR., Caio. "Os empreendimentos estrangeiros e o desenvolvimento nacional". In: *Revista Brasiliense*: São Paulo, n. 23, mai./jun. 1959, p. 1-10.

REIS FILHO, Daniel Aarão. "As esquerdas no Brasil: culturas políticas e tradições". In: *História e perspectivas da esquerda*, FORTES, Alexandre (org.). São Paulo: Perseu Abramo, Chapecó/SC: Argos, 2005, p. 173-182.

SÁ MOTTA, Rodrigo P. "A figura caricatural do gorila nos discursos de esquerda". In: *ArtCultura*: Uberlândia, v.9, no. 15, jul./dez. 2007, p. 195-212.

_____. *Em guarda contra o "perigo vermelho"*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

SARTI, Ingrid. *Da outra margem do rio: os partidos políticos em busca da utopia*. Rio de Janeiro: Faperj: Relume Dumará, 2006.

SEILER, Achim. "Biotecnologia no terceiro mundo: interesses econômicos, opções técnicas e impacto socioeconômico". In: *Tecnociência e cultura*, ARAÚJO, Hermetes R. (org.). São Paulo: Liberdade, 1998, p. 47-64.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4. ed., 1989.

FONTES PRIMÁRIAS

BRASIL. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, 18/09/1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 14/01/2012.

_____. *Lei no. 4390*. Brasília, 29/08/1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4390.htm#art3. Acesso em: 23/01/2014.

_____. *Decreto no. 55762*. Brasília, 17/02/1965. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D55762.htm. Acesso em: 23/01/2014.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, edições de 1959.

COUTTO, Francisco Pedro do. "Lei de remessa de lucros é o instrumento para conter a lavagem de dinheiro". *Tribuna da Internet*, 01/11/2011. Disponível em: <http://tribunadaimprensa.com.br/?p=25116> . Acesso em: 25/01/2014.

_____. *Pedro do Coutto (depoimento, 1997)*. Rio de Janeiro, CPDOC/ALERJ, 1998.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, edições de 1960 e de set. 1985.

MAGALHÃES, Sérgio. *Novo regime para os investimentos estrangeiros*. Rio de Janeiro: Itambé, 1959 a.

_____. *Pela abolição dos privilégios às empresas estrangeiras*. Rio de Janeiro: Itambé, 1959 b.

_____. "Capitais estrangeiros". In: *Sopram os ventos da liberdade*, Antologia nacionalista, vol. 2, Movimento Nacionalista Brasileiro (org.). São Paulo: Fulgor, 1959 c, p. 301-309.

_____. "Investimentos estrangeiros". In: *Revista Brasiliense*: São Paulo, n. 23, mai./jun. 1959 d, p.11-25.

_____. *Problemas do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

_____ *et al.* *A questão da remessa de lucros*. Rio de Janeiro: Editora Universitária, 1962, p.3-20.

_____. *Prática da emancipação nacional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1964.

_____. *Sérgio Magalhães (depoimento, 1978)*. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC História Oral, 1983.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Luiz Alberto de Vianna Moniz Bandeira (depoimento, 2003)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 2010 b.

O ESTADO DE S.PAULO. São Paulo, edições de 1959-1964.

O GLOBO. "Apoio editorial ao golpe de 1964 foi um erro". Rio de Janeiro, 31/08/2013. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604> . Acesso em: 27/01/2014.

O SEMANÁRIO. Rio de Janeiro, edições de 1956-1964.

ÚLTIMA HORA. Rio de Janeiro, edições de 1960-1964.

RESUMO: O artigo tem como objetivo destacar determinadas especificidades do antigo trabalhismo e do Partido Trabalhista Brasileiro: projetos e ideias para o país e controvérsias com os opositores e críticos. De maneira delimitada, toma como objeto de estudo a trajetória e as ideias políticas e econômicas do ex-deputado federal carioca Sérgio Magalhães (PTB). O recorte temporal priorizado consiste nos anos de 1959 a 1964 e o trabalho se insere na linha de estudos da História das Ideias.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalhismo. Nacionalismo. Sérgio Magalhães. Democracia. Golpe de 1964.

RESUMÉ: L'article vise à mettre en évidence certaines spécificités de l'ancien travaillism et le Parti Travailliste Brésilien: les projets et les idées pour le pays et les controverses avec les critiques.

Nous prenons pour objet d'étude la trajectoire et les idées politiques et économiques de l'ancien membre du Parlement fédéral, Sérgio Magalhães (PTB). La période de priorité sont les années 1959-1964 et l'article fait partie de recherches d'histoire des idées.

MOTS-CLÉS: Travaillism. Nationalisme. Sérgio Magalhães. Démocratie. 1964 coup d'état.

* Roberto Bitencourt da Silva é doutor em História (UFF), mestre em Ciência Política (UFRJ) e professor da Faculdade de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro – FAETERJ-Rio/FAETEC.

E-mail: betobitencourt@hotmail.com